

TRADIÇÃO X TECNOLOGIA: AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO ESPAÇO BRASILEIRO

Eraldo Silva RAMOS FILHO*

Entrevistas realizadas durante o XV Encontro Nacional de Geografia Agrária (Gramado - RS, 11 a 15 de novembro de 2004), com os seguintes professores: Manoel Masulo (UA), Guiomar Inez Germani (UFPA), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), Manoel Calaça (UFPA) e Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRS).

1. Manoel Masulo

ESRF - Qual é a problemática que está colocada para a Geografia Agrária na região a qual o Sr. trabalha, na região norte?

MM - Em primeiro lugar é necessário esclarecer que a região norte, com os estados da federação que a compõe, constitui parte significativa da Amazônia brasileira, a qual representa cerca de 50% do território nacional. Essa monstruosidade geográfica apresenta evidentemente uma diversidade enorme do ponto de vista da questão agrária. Em segundo lugar, para facilitar o entendimento dessa problemática é fundamental apontar em linhas gerais os dois padrões de ocupação da Amazônia: o primeiro diz respeito aos camponeses-ribeirinhos, há muito tempo estabelecidos na Amazônia brasileira, os quais são resultados de um prolongado processo de miscigenação, iniciado no século XVII com a expansão portuguesa, intensificado durante o período pombalino no século XVIII e consolidado nos séculos XIX e XX com a expansão pela procura da borracha. Assim, essa população miscigenada, que atualmente habita o ambiente de várzea e terra firme da Amazônia brasileira, foi constituindo-se ao longo desse processo, obedecendo ao padrão de ocupação rio-homem-várzea-terra firme. Para tanto, foi fundamental a capacidade

* Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. E-mail: eramosfilhos@gmail.com

adaptativa desses camponeses-ribeirinhos, assimilando muitos traços das sociedades indígenas preexistentes. O segundo está relacionado aos camponeses não ribeirinhos que migraram nas últimas décadas por meio dos inúmeros projetos de colonização dirigida ou espontânea como resultado das políticas públicas de desenvolvimento para a região, os quais obedeceram ao padrão de ocupação terra firme-homem-rodovia-ferrovia.

Dito isto, fica mais fácil esclarecer qual é a problemática que está colocada para a Geografia Agrária na região norte. A grosso modo, podemos definir duas questões, as quais estão diretamente relacionadas com os dois padrões de ocupação brevemente descritos acima. A primeira questão se refere à ocupação mais antiga e diz respeito aos conflitos por terra e água. Na verdade, os conflitos pelo uso da água em relação à atividade pesqueira na Amazônia tem aumentado significativamente nas últimas décadas. De um lado, os camponeses-ribeirinhos querendo preservar os seus territórios de pesca: lagos, rios, igarapés, poços, dos quais eles extraem parte significativa de sua existência. De outro lado, os pescadores, em barcos de pesca, querendo invadir os espaços aquáticos piscosos dos camponeses-ribeirinhos. Esses conflitos pelo uso da água não têm gerado mortes, expropriações, no entanto são preocupantes, pois muitos pescadores profissionais, na ânsia de capturar uma maior quantidade de peixe, visando exclusivamente à venda, estão se armando com o intuito de invadir esses lugares de pesca, principalmente os lagos piscosos. Vale ressaltar que o poder público está completamente ausente dessas áreas de conflitos. A segunda questão está relacionada à ocupação recente da Amazônia e diz respeito aos conflitos pela terra. Na realidade, nas últimas décadas, a problemática da questão agrária tem sido as formas de apropriação / uso da terra na região resultado das políticas públicas implementadas para a ocupação da Amazônia que tinham como intenção "integrar a região a economia nacional". Na verdade, o que se presenciou foi a abertura de uma "nova fronteira" para a acumulação do capital. As formas como essas medidas foram e vêm sendo implementadas têm aguçado os interesses dos atores envolvidos. De um lado, estão os

camponeses lutando para se manter na terra ou lutando para conquistar um pedaço de chão. De outro, os latifundiários, grileiros tentando, a todo custo, ampliar seus negócios por meio da aquisição de mais terras. Estes conflitos têm ocasionado mortes, expropriações, explorações, genocídios, enfim, todo tipo de violência. É importante considerar que é na região norte que tem ocorrido, nas últimas décadas, o maior número de mortes por conflitos de terras no Brasil. Vale mencionar que o poder público, ao contrário do caso anterior, é o responsável direto por esses conflitos, pois é o protagonista dessas políticas que alteraram significativamente parte da Amazônia brasileira.

Portanto, de um modo geral, são duas problemáticas que estão colocadas para a Geografia Agrária na região. Primeiro, a necessidade de se pensar uma proposta de gestão dos espaços aquáticos interiores que possibilitem aos camponeses-ribeirinhos continuarem a ter acesso aos recursos pesqueiros disponíveis e que os mesmos possam garantir a sua permanência nos ambientes da várzea e da terra firme da Amazônia brasileira, haja vista o peixe ser a principal fonte de proteína animal para essa população estabelecida há séculos na região. Segundo, a necessidade urgente de se efetivar uma reforma agrária nessas áreas de conflito latente que venha a garantir o acesso a terra a todos os camponeses e que a mesma possa trazer paz ao campo na Amazônia.

ESRF - Qual é a contribuição que sua geração de geógrafos tem dado para a Geografia Agrária brasileira?

MM - Creio que minha geração tem contribuído muito para a compreensão da Geografia Agrária brasileira. Essa contribuição está representada nas inúmeras pesquisas, dissertações, teses realizadas por vários geógrafos enfocando diferentes aspectos da realidade agrária brasileira. Esse VII Encontro Nacional de Geografia Agrária que ora se realiza aqui em Gramado - RS é a prova cabal disso, pois estamos presenciando a participação com apresentação de trabalhos de geógrafos oriundos de diferentes lugares desse país, cujos resultados de pesquisa têm nos mostrado a enorme diversidade da questão agrária no Brasil. Entretanto, do ponto de vista teórico-

metodológico da Geografia Agrária, penso que precisamos avançar mais. Entendo que minha geração tem que debater mais, discutir mais a questão epistemológica da Geografia e particularmente da Geografia Agrária. É importante o geógrafo agrário recorrer a outros profissionais como economistas, sociólogos, filósofos, antropólogos, para fundamentar suas pesquisas. no entanto, é necessário também, cada vez mais, nas nossas pesquisas tentarmos precisar o que é o geográfico. Para isso é fundamental trabalhar mais os conceitos, ou seja, aprofundar mais a discussão teórica da nossa ciência.

ESRF - O Sr. acredita que a Geografia neste início de século está superando a crise por que vem passando?

MM - Penso que aquele entusiasmo do final da década de 70 e início da década de 80, quando os geógrafos brasileiros se esforçaram em fazer a crítica ao pensamento dominante na Geografia de então, se esmaeceu. Penso também que a produção científica da Geografia, neste início de século, precisa discutir com mais profundidade a questão epistemológica da ciência no que diz respeito ao método e teoria do conhecimento, bem como a questão da epistemologia específica da nossa ciência. No mundo que se transforma com uma rapidez jamais vista, os conceitos produzidos pela Geografia como espaço, território, região, lugar, paisagem, devem ser retomados e aprofundados. Para tal é necessário uma revisão rigorosa dos filósofos e geógrafos que estiveram preocupados com essa questão. Penso que uma obra importante que deve ser retomada é "o homem e a terra" do geógrafo francês Eric Dardel, publicado pela primeira vez em 1952. Esse autor faz uma discussão da epistemologia da Geografia tendo por base a filosofia.

ERSF - O Sr. vislumbra a possibilidade de resolução da questão agrária no Governo Lula?

MM - Quando o Presidente Lula foi eleito, gerou toda uma expectativa para a solução da questão agrária no Brasil, inclusive com a possibilidade de um ampla política nacional de reforma agrária. Hoje, passados mais de dois anos do seu governo, aquela expectativa deu lugar a uma decepção para solucionar a atual estrutura fundiária brasileira, uma das mais concentradoras do

mundo. Essa decepção tem motivos, pois a luta pelo acesso à terra sempre esteve presente na história do Brasil. Em meados do século passado, essa luta foi impulsionada com a possibilidade da realização de uma reforma agrária efetiva que certamente abalaria a alta concentração das terras nas mãos dos latifundiários. Entretanto, a luta pela reforma agrária foi completamente aboada com o golpe militar de 1964. No final da década de 70 e início da década de 80, do século XX, com a criação do MST, a luta pela reforma agrária ganhou mais força para reverter essa questão agrária com alta concentração de terras. Entretanto, com o fim do regime militar, os governos civis que os sucederam também decepcionaram na implementação de um projeto de reforma agrária no Brasil, principalmente o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária lançado no governo Sarney. Todos nós sabemos que para efetivar uma verdadeira política de reforma agrária nesse país, com uma enorme quantidade de terras agriculturáveis, é necessário mexer com os grandes proprietários de terras, ou seja, com os capitalistas do campo. Todos nós sabemos também que para fazer isso é necessário enfrentá-los com rigor, ter disposição e vontade política. E mais: ter um amplo apoio da sociedade civil organizada. Talvez o que tenha faltado para se efetivar uma reforma agrária seja realmente a pouca disposição e vontade política, porque certamente apoio popular para efetivá-la não faltaria. O Governo Lula tem optado por continuar com os projetos de assentamentos herdados dos governos anteriores, principalmente do Governo Fernando Henrique Cardoso, sem, contudo, mexer com os capitalistas do campo. Na verdade, a política agrária do atual governo tem como meta conciliar à "agricultura familiar" de um lado e de outro os capitalistas do campo e apoiar o agronegócio. Portanto, com essa proposta, tendo por base uma tímida política de assentamento, eu vislumbro a possibilidade de uma resolução da questão agrária no Governo Lula.

2. Guiomar Inez Germani

GIG - Meu nome é Guiomar Inez Germani. Sou professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculada ao Programa de

Pós-graduação em Geografia, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Projeto GeografAR-A, Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mas, para eu chegar aqui houve muita coisa antes, a minha formação não foi só na área da Geografia. Eu digo sempre que eu não sou uma geógrafa "pura", embora considere que minha trajetória foi sempre em direção à Geografia, uma preparação para eu assumir, plenamente, como geógrafa.

Eu me formei em Administração de Empresas, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá (PR). Acho que vou contando um pouco da minha trajetória para entender por que eu fui parar na Geografia, e na Geografia Agrária. Assim, o processo de vida ajuda a explicar a "localização"... No último ano do curso de Administração, era necessário fazer um estágio e uma monografia. Eu escolhi fazê-los numa cooperativa agrícola, a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (COCAMAR), hoje uma grande cooperativa. Quer dizer, dentro da Administração eu já direcionava meu interesse para a área agrícola e nesta para cooperativas. Outro fato que merece destaque em minha formação é que eu trabalhei no Banco do Brasil. Fiz a faculdade trabalhando no Banco, que na época era um emprego bem valorizado e uma "escola". Trabalhei no Banco (entre 1969 e 1978) e tive a oportunidade de vivenciar todo o esforço do Estado para financiar e incentivar a modernização da agricultura brasileira, fazendo o cadastro dos agricultores, os contratos de financiamento através das Cédulas Rurais... e, também, de ver que só tinha acesso ao crédito quem tinha a propriedade da terra registrada, só estes podiam fazer uma Cédula Rural Pignoratícia Hipotecária, ou então teriam que trazer uma Carta de Anuência do dono da terra... Acompanhei a entrada do trigo e da soja no Extremo-Oeste do Paraná e a substituição do café pelo trigo e soja no Norte do Paraná... questões que interferiram significativamente na paisagem e na dinâmica da vida daquelas regiões. Me afastei do Banco para dar continuidade aos meus estudos, primeiro fazendo uma especialização em Economia e depois ingressando no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Faculdade de Arquitetura da

UFRGS, em Porto Alegre. Este curso foi uma das primeiras experiências de mestrado interdisciplinar no Brasil, com uma perspectiva muito abrangente, no qual as leituras sobre a produção do espaço marcavam o eixo do curso.

Minha dissertação de mestrado foi sobre o conflito provocado pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Voltava a uma região que eu já conhecia para vê-la sob outra ótica e com outros olhos, o de pesquisadora. A dissertação foi recentemente publicada sob o título "Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu". O fato de ter sido publicada 25 anos depois de sua realização, não só me dá uma satisfação pessoal, mas demonstra que, naquele momento, eu estava mexendo com um tema instigante e que ainda permanece em pauta.

Depois, trabalhei muito tempo como técnica do governo do Estado da Bahia. Inicialmente, na Cia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (Desenvale), empresa que construiu a barragem de Pedra do Cavalo e depois na Cia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa responsável pela aplicação dos recursos do Banco Mundial para a área rural e que, após o Plano Nacional de Reforma Agrária, assumiu a responsabilidade na implantação dos assentamentos de Reforma Agrária na Bahia. Foi a experiência acumulada e as questões colocadas por esta prática que me levaram a retornar à atividade acadêmica. Desta vez, não tinha mais dúvidas que o doutorado seria na área de Geografia. O meu doutorado foi em Geografia Humana, na Universidade de Barcelona, sob a orientação do Prof. Horácio Capel. A minha tese foi sobre assentamentos na área rural — "Cuestión Agrária y asentamientos de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra" — isto é, confirmava minha opção pela Geografia e, em especial pela Geografia Agrária. Pouco depois, outra opção decisiva: o concurso para o Departamento de Geografia da UFBA me confirmava como professora de Geografia.

ESRF — A geografia brasileira hoje realiza dois encontros de Geografia Agrária, esse, o ENGA, e o Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Os encontros têm origem e história diferentes. A Sr.^a poderia falar sobre os sentidos destes dois eventos na atualidade?

GIG – O fato de eu não ser uma geógrafa "pura" significa também, de certa forma, não ter acompanhado grande parte do que foi a construção desses encontros, em especial do ENGA. Assim, sobre o surgimento do ENGA sei pelos registros, relatos e depoimentos... O ENGA surge de dentro da estrutura da AGB. Embora não vinculado a AGB, surge de um grupo de associados da AGB que sentiam a necessidade de criar espaços específicos de discussão dos temas agrários, organizando os encontros nacionais de Geografia Agrária, chegando até aqui, neste XVII ENGA. Já o Simpósio surge como iniciativa de um grupo de pesquisadores da USP/UNESP com reconhecida trajetória e produção geográfica, e em especial da Geografia Agrária. Em 2003 participei I Simpósio Internacional e II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em São Paulo (inclusive estivemos no mesmo espaço de discussão, lembra?). Em novembro de 2005, vai se realizar outro Simpósio. Isso eu acho que é muito bom e positivo! Porque quanto mais espaços de discussão forem abertos, mais espaços também de troca dessas informações, espaços para compartilhar os trabalhos produzidos, informações e experiências.

A grande questão, acho que esse é o nosso grande desafio, e em especial dos organizadores, que não é só montar grandes simpósios ou grandes encontros nacionais, é como conseguir garantir a articulação tanto anterior, quanto durante e na continuidade deles; como se articulam os pesquisadores que participam destes eventos... Porque, às vezes, se consegue mais de forma individual, você tem afinidades, conhece alguém, vai trocando informações, experiências... Mas cabe, também, dentro da estrutura desses encontros ir pensando, de forma estruturada, também como ampliar as suas articulações e os seus desdobramentos, pra que esses encontros não sejam só momentos pontuais, mas momentos de um processo de discussão. Porque você não precisa esperar que aconteça um encontro pra chegar com seu trabalho, para apresentar e trocar uma informação com o seu vizinho, às vezes da mesma universidade, com o colega da universidade vizinha, em seu cotidiano acaba não se fazendo isto... Como se estrutura isto? Redes de interesses em que

os encontros/simpósios fossem momentos de fortalecer e ampliar... Parece-me que esse é o grande desafio. Outra questão é que o grande número de participantes acaba minimizando os espaços de discussão, acabam se restringindo a exposição dos trabalhos, restando pouco tempo para uma discussão maior. Não pode ser só uma vitrine... Quer dizer, são oportunidades importantes, onde se tem, lado a lado, um grande número de pesquisadores e um enorme acúmulo de trabalhos que mesmo sendo apresentados num mesmo espaço, ou eixo temático, acaba não se fazendo uma análise mais articulada. A importância de se ter um acúmulo de trabalhos empíricos juntos e que não se deveria ficar só na apresentação, mas poderia ser um momento em que se desse um salto qualitativo na análise, isto acaba acontecendo, mas não de forma estruturada. Deveria se pensar outros formatos. Os espaços de diálogos foram um avanço, mas há de se continuar aperfeiçoando ainda mais.

ESRF – Parece-me que os dois encontros diferem muito no tocante ao temário, às vezes refletem a atuação e as linhas de pesquisa dos coordenadores destes eventos.

GIG – Acho que tanto a realidade é rica e com uma grande diversidade, como também são ricas e diversas as posições com relação à compreensão desta realidade, refletindo nos interesses das linhas de pesquisa de pesquisadores e de grupos de pesquisa. É claro que se você tem diferentes posições e diferentes compreensões e entendimentos, a isto vão corresponder os interesses por determinados assuntos. O fato do ENGA, mesmo tendo o apoio da AGB, ficar um pouco restrito ao grupo que vai sediar o Encontro, vai um pouco por aí também a forma de quem assume o trabalho de organização orientar para um temário que acredita ser mais importante pra ser discutido naquele momento da Geografia Agrária. Normalmente, na plenária final do ENGA, se decide o local e a orientação do próximo Encontro. Mas vai ser a comissão organizadora que vai assumir o temário e a organização das mesas. Quanto mais ampliada for esta comissão, mais ampliada, também, será o temário e os expositores convidados. O primeiro ENGA que participei foi em Diamantina. Na plenária daquele Encontro teve uma

discussão que é interessante lembrar. Foi uma discussão que foi bastante tencionada, eu diria **assim**, mas a proposta apresentada para o próximo Encontro era a de **que não precisava** mais discutir assentamentos de reforma agrária. Quem defendia esta proposta argumentava que **isso já estava mais que discutido**, era uma discussão esgotada! Essa foi a posição de um grupo presente, a de **que não precisa** mais discutir assentamentos de reforma agrária.

ESRF – A senhora lembra o ano?

GIG – Isso foi em 1996. Não acompanhei o surgimento dos ENGA's, posso falar pelos depoimentos de outros, mas não por ter vivenciado. Mas, do Encontro de Diamantina posso falar e dizer que na plenária final, onde se discutia a orientação temática do próximo Encontro, considero que foi importante pra marcar algumas posições. Como eu disse, havia colegas que achavam **que a questão dos assentamentos não deveria merecer maior destaque**, já não havia mais tanta novidade assim para discutir... Daí a proposta apresentada pela Profa. Rosângela Espanhol de que o próximo Encontro fosse em Presidente Prudente foi aceita. Em 1998, o Encontro é realizado em Prudente, sob a responsabilidade da UNESP. O Encontro seguinte foi em Goiânia... Quer dizer, acho que realmente estes dois Encontros definiram uma posição contrária a apresentada na plenária final em Diamantina, de que os assentamentos e a reforma agrária não eram mais questões tão importantes dentro da Geografia Agrária. Acho que os dois Encontros posteriores — de Prudente e de Goiânia — marcaram justamente a presença viva, o protagonismo dessas questões. Trouxeram a questão da luta pela terra para ser discutida, para se compreender desde a Geografia, para incorporar e entender a partir da dimensão geográfica colocada por estas questões.

Neste ENGA, em Gramado, a questão dos assentamentos continua em pauta, mas não com tanto protagonismo. Pela própria programação, pela própria leitura dos temas da programação, você vê que ele é mais um tema. Está nos eixos temáticos, é tema de uma mesa ("Políticas públicas de (re) assentamento rural" e da conferência de encerramento sobre "Os movimentos sociais e a reforma agrária") E a questão, por exemplo, do campesinato, não

aparece expresso em nenhum título das mesas na programação do Encontro, não que ele não apareça ou que não esteja sendo discutido, mas não com destaque no programa. Lógico! Se manifestam nesses Encontros as posições das pessoas ou grupos que estão trabalhando na organização e vão dar espaço para aquilo que elas acreditam representar as preocupações da Geografia Agrária. Como a organização vai se alterando, há a possibilidade de também ir se alterando o protagonismo dos temas. Mas, como é um Encontro Nacional de Geografia Agrária, tende a contemplar também, e dar espaço para temas e discussões diversas do temário da Geografia Agrária... Talvez a riqueza do ENGA esteja justamente aí.

Por outro lado, a organização do Simpósio não está submetida a uma estrutura como a do ENGA. Quem realiza o Simpósio é um grupo mais reduzido de pesquisadores e que têm um denominador comum das questões que consideram importantes discutir dentro da Geografia Agrária, e isso dá uma tônica diferente dos dois eventos. Não que os dois não demonstrem também a riqueza e a diversidade, mas, seguramente você tem condições objetivas diferentes dadas por sua origem e pela estrutura de sua realização. No Simpósio tem-se mais liberdade para orientar e direcionar o temário dentro das questões que os organizadores acreditam, o que pode significar um aprofundamento nas discussões. Além disso, a própria abrangência é ampliada para a escala internacional — com o Simpósio Internacional — e agora, com a I Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Quer dizer, são três eventos simultâneos.

É bom ficar claro que, como não estou envolvida na organização de nenhum destes eventos, o que expresso é a minha opinião e meu sentimento.

ESRF – Qual é a problemática que está colocada para a Geografia Agrária na região a qual a Sr^a. trabalha, na região nordeste?

GIG – Sempre digo que quando comecei a trabalhar com a Geografia e a me dedicar às questões agrárias, o que eu faço antes de Geografia Agrária, é Geografia. O espaço onde eu vou buscar fazer meus exercícios, minha leitura geográfica é, prioritariamente, no espaço agrário.

Com eu trabalho buscando entender a Geografia dos assentamentos na área rural, costumo dizer que o desafio da população assentada, o desafio de um grupo social que chega a terra, independente da situação que ele chegou, é o desafio de se manter na terra, de garantir a sua reprodução. De plantar e de se apropriar dos frutos de seu trabalho... É um desafio que está colocado para aquele grupo social e também para toda a sociedade. E nós temos a obrigação de ajudar a enfrentar este desafio, de ter posições e compromissos com estas questões, como cidadão em uma sociedade... Mas, como pesquisadores nós temos a obrigação de ir além. Nosso compromisso se manifesta enfrentando o desafio de interpretar o que significam esses assentamentos de população na área rural hoje, o que significa a luta pela terra hoje. Como trazer a questão agrária à contemporaneidade? Como entender o enfrentamento desta questão para além das políticas compensatórias e de justiça social? Como entender esta questão não só como um desafio que se coloca para a nossa sociedade, mas, também, como uma possibilidade? Então, acho que o grande desafio é o de estar realizando estudos em uma realidade não só complexa e diversa, mas trabalhando com questões que estão no âmago do enfrentamento das classes sociais. São questões nas quais o acirramento das contradições da luta de classe é explícita e evidente, nas quais se pode ver claramente a contradição das posições entre Estado, latifundiários, políticos, assentados, técnicos, universitários, pessoas que trabalham na área, elas se evidenciam a cada momento. Então, nos colocamos no meio desta contradição e, também, como parte dela.

E o nosso desafio, independente das posições que se tome, é o de contribuir para desvendar este entrevero... de decodificar, de ver as tramas, sem esquecer que a nossa contribuição é na área da Geografia. Nós temos uma área de conhecimento para atuar. A nossa responsabilidade é de fazer a leitura geográfica dessa realidade e ver, através da nossa leitura geográfica, como se evidenciam essas contradições no espaço geográfico. Eu estou aprendendo a ler essa realidade, buscando construir uma metodologia para entender essa

realidade a partir dos conceitos, categorias e instrumental da Geografia.

Comecei com a tese de doutorado trabalhando com assentamentos de população na área rural, onde analiso os projetos de colonização, irrigação, reassentamento e reforma agrária. Depois, com o grupo de pesquisa GeografAR, vou centrando mais nos assentamentos de reforma agrária. Não porque seja uma coisa fácil, mas porque nesses espaços de assentamento de reforma agrária é onde, não obstante toda a complexidade, se pode visualizar, fazer uma leitura geográfica da ação dos principais agentes produtores destes espaços: os assentados e o Estado. Por exemplo: quando se chega em um assentamento ou acampamento e os assentados não estão lá... é muito diferente se eles foram, numa marcha, ocupar os órgãos públicos na cidade ou se eles estão na terra trabalhando, ou se eles estão nas propriedades vizinhas vendendo o dia... O fato de eles não estarem suscita a pergunta e a busca da resposta traz elementos para a análise que, por sua vez, suscita outras perguntas.

Quando se acompanha um assentamento ou acampamento, vê-se que depois de muita pressão saiu o crédito habitação ou o decreto de desapropriação, você visualiza como isto aparece naquele lugar... vê-se a ação do Estado na produção do espaço, através das políticas públicas na realidade concreta... A liberação ou não do crédito aparece na concretização das formas, na paisagem daquele assentamento. Se consegue visualizar, também, como esse crédito, às vezes é pequeno, como ele é aplicado. Como o grupo social vai gerir esse dinheiro, as fragilidades aparecem na nossa leitura da paisagem.

Então trabalho muito no que chamo de exercício de leitura geográfica. Fazendo exercícios para apurar o olhar, com o auxílio dos conceitos e das categorias que ajudam a chegarmos e ir além das aparências. Para esse exercício, uso muito as lentes dadas pelo professor Milton Santos e as categorias que ele trabalhava: forma, estrutura, função e processo. Um exercício de bater olho em um assentamento de reforma agrária, um acampamento ou assentamento do Cédula da Terra, você observar as formas que se apresentam, já vai poder identificar muita coisa, isto vai orientar as perguntas... as

formas não se explicam por si, mas são um ponto de partida, vão te indicar muitas coisas, as formas revelam a estrutura e indicam os processos. E as formas são atualizadas através das funções. Então é esse exercício muito simples que faço junto com os pesquisadores do GeografAR. É um exercício singelo, sem grandes pretensões, mas que chega a bons resultados.

Nos assentamentos é possível fazer uma leitura com mais clareza, onde as "letras" são grandes, embora haja muitas letras miudinhas... Quando os Movimentos atuam e quando os Movimentos não atuam; quando o assentamento está vinculado a um Movimento ou organização, você pode ler esta informação, ver a diferença do assentamento que tem uma organização por trás. É muito diferente você chegar num assentamento que tem uma bandeira vermelha, ou uma bandeira verde ou branca, no caso da Bahia, ou que não tenha bandeira alguma. Vai também aparecer nas formas geográficas... Então é esse exercício que eu procuro fazer, buscando interpretar a realidade no âmbito da Geografia. É uma leitura que, sempre que possível, fazemos em "voz alta" e em conjunto com os que fazem esta Geografia, junto com os assentados, professoras e técnicos dos assentamentos, através de Oficinas de Geografia.

Estamos ampliando este exercício para as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e Comunidades Rurais Quilombolas, para ir exercitando e, ao mesmo tempo, testando e aprimorando a nossa metodologia.

Lógico, vamos buscar em outras áreas de conhecimento, na Sociologia, na Política, na Antropologia, na Economia elementos para a compreensão dessa realidade, mas para evidenciar a dimensão geográfica, daí a importância da representação cartográfica e da escala. Por isso fazemos um esforço, também, em sistematizar as informações em um Banco de Dados, para poder expressá-las em cartografia.

ESRF – Como a senhora interpreta a contribuição que a geração de geógrafos, da qual a senhora participa, tem dado para a Geografia Agrária brasileira?

GIG – Como eu dizia, posso fazer parte de uma geração de geógrafos importantes, mas, sou uma geógrafa "nova", então eu ainda tenho muito que aprender com os geógrafos da minha geração, estou aprendendo. Embora eu possa ser dessa geração em termos de idade, em termos de produção, em termos de vivência eu tenho que aprender com os geógrafos da minha geração. O que estou aprendendo com eles são as lições do compromisso social do geógrafo. Minha contribuição é muito pouca, mas tenho feito exercícios geográficos orientados por estes compromissos, que têm me dado muita satisfação e me animam a continuar.

ESRF – Mas mesmo sendo de uma geração nova e de geógrafos novos a senhora já apresenta uma contribuição relevante como o livro "Expropriados Terra e Água", nos textos que traz aos congressos, debates enfim...

GIG – Mas eu digo o seguinte, que considero esses espaços, espaços de aprendizagem. A oportunidade de participar desses momentos e poder trazer, compartilhar com os colegas o que eu estou fazendo — independente de que geração seja, dos novos ou dos antigos —, é muito importante, é muito importante. Lógico! Eu tenho uma forma de trabalhar, talvez até porque a gente não está mais no eixo Rio-São Paulo, no eixo Sul, o que exige e permite usar da criatividade. Além de estarmos fora desse eixo, nós não somos muito articulados. A gente tem uma riqueza de produção, tem muita gente séria que produz, mas nós somos desarticulados e perdemos por isso. Essa oportunidade de participar desses encontros é também uma oportunidade de compartilhar, inclusive, com os meus pares geograficamente mais próximos. De mostrar a forma que estou entendendo e fazendo Geografia, de ouvir seus comentários e críticas.

O que eu faço, como já disse, são exercícios de leitura geográfica. De observar a realidade e ter uma preocupação de ir além dessa realidade, com o auxílio dos conceitos e categorias. Você nunca vai olhar a realidade sem nada! Vai carregado também dos seus conceitos, da sua ideologia, das suas crenças. Ter a sensibilidade para perceber os movimentos, identificar onde está a dinâmica dos

processos. E mais: tentar fazer uma Geografia comprometida com quem está construindo a Geografia na prática. Porque os movimentos sociais estão fazendo uma Geografia. Nós estamos tentando interpretar essa Geografia que eles estão fazendo, desse modo nós temos que ter o compromisso de compartilhar nossa leitura com eles.

Temos como eixo de análise movimentos sociais — políticas públicas — produção do espaço. A produção do espaço é constante, é assim como o espaço em movimento, movido pela dinâmica social. É isto que eu busco apreender.

ESRF — Na abertura desse ENGA, foi levantado que a Geografia Agrária brasileira passa por uma crise teórica. A Sra. pensa que essa crise que a geografia vem vivendo está sendo superada neste início do século XXI?

GIG — Não participei da abertura. Não foi o trem, foi o avião que atrasou...mas vou situar como eu vejo esta questão. Se não me engano, falei antes que a Geografia Agrária tem que dar conta de explicar as transformações do espaço agrário, um espaço agrário que está sofrendo modificações bastante significativas e num ritmo bastante acelerado. Então, quem está trabalhando com a Geografia Agrária tem que ter a agilidade e sensibilidade necessárias para perceber essa dinâmica. E, também, você vê surgir todo um questionamento sobre o que é o agrário, e daí milhões de “novas” interpretações das mesmas coisas... Daí vêm com pluriatividade, multifuncionalidade, com trabalho não agrícola, não sei mais o quê...Um novo, digamos assim, com um novo pacote de conceitos e junto com isso vem embrulhadinha toda uma compreensão das questões. Bem embrulhadinha que é para nem se perceber o que tem dentro do pacote. Mais do que facilitar a compreensão do que acontece em nossa realidade, isto tem complicado. Porque você acaba se preocupando em estudar uma realidade e ver em qual caixinha vai se encaixar: se é camponês ou se não é camponês; se é capitalista ou se não é capitalista; se é pluriativo, se é multifuncional... e você corre o risco de, com isto, perder a riqueza do movimento das transformações porque está passando a realidade que você está estudando, que não é igual em todo o lugar. Os

atunijos vão ser diversos e ricos, muitas vezes não cabem nas caixinhas pré-determinadas. Daí a importância dos estudos empíricos.

Que a relação do urbano-rural tem de ser vista hoje de forma diferente, tudo bem, mas temos que identificar esta diferença primeiro, antes de enquadrá-la. Então não é uma questão de novos paradigmas. A lógica é a mesma, a lógica geral da reprodução do modo de produção capitalista que se impõe e se redefine a cada momento. Agora, como que isso vai acontecendo em cada lugar? Temos a relação rural-urbano, tem a relação dos movimentos sociais, se você quiser os “novos atores” no campo, que eu não considero que são novos atores, eles sempre estiveram ali. A novidade é que hoje eles estão organizados e assumem um protagonismo na História e na Geografia. Eles estão construindo uma Geografia que nós não conseguimos nem apreender, quanto mais interpretar. Nós temos que correr atrás pra entender... Porque junto com a construção concreta de novas territorialidades eles colocam, também, propostas novas pra essa sociedade. Propostas que podem estar nos documentos, nos discursos, mas é uma coisa que tem que ser construída não só por esse grupo social dos sem-terra, ou que estão construindo os movimentos sociais, mas por toda a sociedade.

Quer dizer, a luta pela terra marca e se espalha por todo o país e não adianta você esconder. A Geografia Agrária tem de dar conta do conflito, de explicar o conflito independente da posição que você assume. Você não pode mais negar o conflito e o conflito é a própria contradição dos interesses da luta de classes manifestada no campo. Ou você vê isso ou você não entende!

Você não pode estudar uma Geografia Agrária — e daí talvez seja essa a grande dificuldade, o que se chama de crise —, não se pode fazer uma Geografia Agrária mais de forma neutra. Você interpretar o que está acontecendo no campo, quer dizer a área de estudo da Geografia Agrária, obrigatoriamente, você tem que considerar a luta pela terra ou na terra e mais, tem que explicitar suas posições. A crise pode ser uma dificuldade de se aceitar isto...

Não é mais uma questão de você contar população, ver se é urbana, ver se é rural, ver o que produz, como produz, localização, condições climáticas, usar imagens de satélite, GPS... Mas você tem um conflito explicitado que vai aparecer mesmo que não se queira mostrar... O próprio pesquisador passa a se sentir, obrigatoriamente, parte dessa realidade, ele deve não só interpretar, mas ele deve tomar posições, e são posições que tem haver com as posições de classe desse pesquisador.

Você não pode estudar movimentos sociais sem tomar partido!

Quando você estuda alguma coisa como pesquisador você não estuda para fazer uma prova! Não se vai pra realidade para estudar, para depois fazer uma prova, não é? Você não vai para realidade simplesmente para fazer um trabalho e apresentar em um Congresso ou Encontro para depois registrar no Lattes. Você não vai para realidade para estudar e para fazer um relatório para o CNPq.

Você vai para realidade para tentar interpretá-la, pra entender o entrevero, como disse antes, mas também para tentar superar o que você acredita que pode ser superado. Para transformar!

Porque você não estuda para simplesmente constatar que é assim, mas você vai ter que socializar este conhecimento, encontrar voz, mecanismos que este seu conhecimento ajude a superar, a transformar, contribua para transformação. Esta é a grande prova! A gente pode até se iludir, pode dizer que isto não vai ajudar nada e pode ser que não ajude em nada mesmo. Por isso a questão de que esse conhecimento que é gerado na Geografia, não estou falando só da Geografia Agrária, mas da Geografia como área de conhecimento, tem de estar muito colado com a própria transformação da sociedade, as coisas estão muito imbricadas.

Mas a gente tem que ficar atento porque eu não vou fazer militância, não é o meu papel de geógrafo. O papel do geógrafo é fazer Geografia, se for engajado, se for militante aumenta mais o compromisso da produção geográfica. Tenho que dar munição, com a minha interpretação, que o conhecimento produzido sirva de subsídio, seja arma para os movimentos atuarem.

Outra coisa que defendo é que a universidade é um grande espaço de luta. Se não trabalharmos estas questões com seriedade, se os alunos não tiverem uma boa formação teórica e prática... conhecer as técnicas e os instrumentos, saber interpretar e analisar de forma crítica... vão acabar como futuros profissionais e professores, reproduzindo o mesmo conjunto de idéias que a gente critica.

ESRF – Qual a perspectiva que a senhora vislumbra para a resolução da questão agrária brasileira?

GIG – A questão agrária é uma expressão da luta de classes que se manifesta na luta pela/na terra. Sem dúvidas, uma das formas de equacioná-la é através da reforma agrária. Não a reforma agrária que está sendo feita — que é mais uma política de construção de assentamentos que só anda pela pressão dos movimentos sociais —, mas de uma reforma agrária massiva. Tem-se terra de sobra — entre terras improdutivas e terras públicas que deveriam ser arrecadadas — e temos uma demanda explícita nos acampamentos de trabalhadores sem terra que marcam a paisagem em todos os cantos deste país. Por que não acontece? Isto só vai acontecer quando for um desejo, expresso politicamente, de um número muito significativo de pessoas da nossa sociedade.

É um negócio complicado porque não é um governo, não é o Governo Lula simplesmente, atado, que vai conseguir fazer, não é! Isso tem que ser desejo de um número significativamente grande da sociedade. E eu não vejo isso acontecer.

E isso, voltando àquela questão anterior, aumenta a nossa responsabilidade como elite pensante nesse país, que teve acesso à educação formal e que tem condições de perceber o que está acontecendo e que estamos formando, também, pessoas, nossos alunos, que são dessa sociedade e que devem ter uma posição em relação a esta questão. Não adianta só se indignar! Indignar-se é um passo, a gente tem que ajudar a construir o caminho junto com quem está na caminhada.

É lógico que tenho esperança que um dia isto vai acontecer!

Mas, ao mesmo tempo, com muita preocupação, porque não vai ser o Governo Lula que vai fazer a reforma agrária que nós

queremos. Não é o governo, é a sociedade! E a sociedade ainda não quer!

3. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

ESRF – Professor, o Senhor poderia primeiramente colocar o seu nome completo, a formação e o campo de atuação atualmente...

AUO - Meu nome é Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor Titular da Universidade de São Paulo, do Departamento de Geografia da Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Trabalho já há mais de trinta anos na área de Geografia Agrária e já orientei, entre mestres e doutores, um total de setenta dissertações e teses. A grande maioria são trabalhos voltados para a compreensão da agricultura e uma outra parcela refere-se ao ensino de Geografia e alguns trabalhos esporádicos relativos a Geografia Urbana, já que no começo da minha carreira eu trabalhei no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em um setor que fazia pesquisas sobre habitação, particularmente habitação popular.

ESRF - A Geografia brasileira, na atualidade, dispõe de dois eventos para discutir Geografia Agrária, o ENGA é o Simpósio Nacional de Geografia Agrária, cuja segunda versão foi realizada no ano passado na USP. Qual a gênese desses dois eventos e qual o sentido da existência desses dois eventos que discutem a Geografia Agrária no Brasil? Parece-me que o rol temático em cada um desses eventos é bastante peculiar e reflete um tanto do que os pesquisadores que organizam esses eventos estão discutindo em suas universidades.

AUO - Bem, em primeiro lugar, o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) nasceu no bojo dos debates que envolveram a democratização da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, sobretudo, a partir de 1978. Como o grupo de geógrafos que tinha certa hegemonia na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) perdeu essa hegemonia em função do movimento de 78 e depois com a reforma dos estatutos em 79, trataram de criar um evento novo.

Este passou a acontecer a partir de então, em paralelo com os encontros da AGB e que se constituiria em espaço privilegiado para

este grupo de pesquisadores que, em anos anteriores, estavam todos na AGB de Belém, em 1974, Belo Horizonte, em 1976 e depois em Fortaleza, em 1978. Então, o ENGA nasceu como uma fratura, uma cisão, no interior dos geógrafos.

O primeiro Encontro ocorrido em Sergipe, ainda foi realizado sob os auspícios da chamada influência empirista lógica na Geografia, também chamada de Geografia Quantitativa. Esta corrente entre 1974 e 1978 tinha uma certa hegemonia nas pesquisas em Geografia Agrária, sobretudo, na Unesp em Rio Claro, no IBGE e na UFRJ, no Rio de Janeiro, e outros centros de pesquisa no Brasil. É exatamente esse grupo que forma este encontro. O ENGA é um encontro que nunca teve e não tem até hoje uma entidade que o patrocina. Ao mesmo tempo, é um encontro que "não tem uma liderança que o preside". Na realidade era uma espécie de grande colegiado que carregava o encontro para suas universidades.

Procuravam obter apoio e recursos financeiros nas instituições de fomento e, assim, o encontro foi se realizando. Mas com o efeito da democratização da AGB e o sucesso que o encontro da AGB do Rio de Janeiro, em 1980, realizado na PUC, teve, apesar do boicote explícito dos professores da UFRJ e de grande parte dos geógrafos do IBGE, eles também tiveram que trazer para dentro do Encontro de Geografia Agrária, intelectuais de outras áreas do conhecimento. Isto ocorreu para fazer frente aos pesquisadores de Geografia Agrária que estavam no interior do movimento da AGB democratizada, no fundo era uma espécie de luta entre os marxistas e os não marxistas dentro da geografia agrária. Na realidade o encontro sempre teve esse caráter, pois eu participei do segundo e do terceiro, e já tinha esse conflito. Ou seja, convidava-se o José Graziano da Silva, o José de Souza Martins, mas na realidade os princípios teóricos desses pesquisadores eram os princípios do grupo que discutiam na Geografia Agrária. Por exemplo, a teoria da modernização na agricultura, do Graziano, até em parte era, mas não integralmente. Então, foi esse grupo que passou a fomentar e desenvolver pesquisa na direção da teoria da modernização na agricultura, que se tornou o grupo principal que carregou o ENGA

(Encontro Nacional de Geografia Agrária), até meados e fim da década de 90. Naquele momento, deu-se a primeira grande crise. Salvo engano da minha parte, em 94, no encontro de Florianópolis, esse grupo já discutia o fim do ENGA, na assembléia final, eu estava lá assistindo, evidentemente não usei da palavra.

Na realidade, essa discussão era uma discussão na qual eles reconheciam de certo modo que tinham exaurido a função intelectual do debate. Na realidade o que estava acontecendo é que mesmo nesta estrutura acompanhada por esse primeiro grupo, os trabalhos de esquerda, os trabalhos marxistas, já estavam aumentando significativamente no ENGA. Foi como se os pesquisadores da linha dialética já tivessem transformando o ENGA. Mas, na realidade, esses pesquisadores não tinham controle político do encontro, por isso, passou um período sem realização. E, evidentemente, depois foi retomado e nesse processo de retomada, nos três últimos encontros, praticamente a organização do evento saiu do controle político do primeiro grupo e passou para grupos ligados à Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, em Goiânia, Petrolina e como este aqui, em Gramado-RS. O ENGA, nascido fora da AGB, em oposição à AGB, acabou vindo para dentro da AGB, porque a maior parte das pesquisas que se faz hoje tem essa perspectiva dialética e uma parte delas, materialista. Esse é o meu entendimento da história.

O Simpósio já tem uma história completamente diferente. O simpósio nasce no interior da Universidade de São Paulo, lá no Laboratório de Geografia Agrária com a perspectiva de se constituir numa alternativa de fato e de direito, do debate sobre o campo, que não tivesse essa história passada que o ENGA tem. Eu mesmo sempre fui contrário a que o ENGA fosse transformado em um evento da AGB. Sempre tive uma posição contrária por conta da história que ele tinha. Mas, de qualquer maneira, nunca atuei no sentido de impedir que meus colegas fizessem essa aproximação do ENGA com a AGB. Ao contrário, sempre procurei também participar das atividades do ENGA, trazer aqui os meus pontos de vista e, evidentemente, isso não quer dizer que tinha que atuar na direção que esses meus colegas atuaram. Nós, com o Simpósio,

queríamos iniciar um movimento e um campo de debate teórico, metodológico, político e ideológico na Geografia Agrária que não tivesse essa carga histórica que o ENGA tinha, por isso iniciamos o Simpósio.

Fizemos o primeiro, sofremos para fazer o segundo, demos um tempo maior que gostaríamos, mas acho que agora ele também deslanchará e se constituirá num fórum de debate da Geografia Agrária brasileira.

ESRF - Qual a problemática que está colocada para a Geografia Agrária na região onde o senhor atua diretamente, que seria a região sudeste, acreditando que não se desvincula da situação brasileira.

AUO - Eu diria assim, hoje temos na Geografia Agrária dois grandes grupos de trabalhos e de pesquisas. Ainda há um grupo forte que pesquisa a chamada teoria da modernização da agricultura. Eles estão presentes em vários programas de pós-graduação por esse Brasil, em várias pesquisas. Esse grupo praticamente, de certo modo, foi um grupo que tratou de incorporar essa tese nova do Graziano, desenvolvida com a pesquisa do projeto Rururbano que traz a incorporação da pluriatividade como uma categoria teórica de análise importante do campo e trata a agricultura como atividade de meio expediente, ou seja, um *part-time*. Hoje, esse grupo toca suas pesquisas, às vezes com matizes que somam, por exemplo, com pesquisas voltadas para o eco-turismo, para o turismo rural. Eles têm pontos de contato, mas não necessariamente vínculos orgânicos. Já do ponto de vista da pesquisa, numa ótica dialética marxista, nós vamos encontrar pesquisas sendo realizadas de forma, vamos dizer assim, preponderante, com relação aos movimentos sociais e a reforma agrária. Há também, além das pesquisas voltadas para essa faceta da agricultura, pesquisas para a compreensão da agricultura capitalista, voltadas para a agricultura, no sentido amplo. Há novas pesquisas voltadas para o abastecimento e setores novos que estão surgindo no mundo de hoje. Temos uma frente nova iniciada, sobretudo, pelo Ruy Moreira e pelo Antônio Thomaz Júnior que é o grupo da chamada Geografia do Trabalho e que, nas pesquisas do campo, privilegiam exatamente a dimensão do trabalho como

elemento teórico, fundante e norteador desses estudos.

ESRF - Qual a contribuição que a geração de geógrafos que o senhor pertence tem deixado para a Geografia Agrária brasileira?

AUO - Eu faço parte de uma geração que participou dos processos que envolveram a democratização da AGB. Processos que envolveram de certo modo, a introdução do debate da dialética na Geografia e das discussões relativas à influência do pensamento marxista. Nós não somos os únicos e nem fomos os primeiros, a Geografia brasileira já conhecia essa influência, ela era mais localizada, setORIZADA, mas ela já conhecia essa influência. São muitos os intelectuais que nos antecederam nessa tarefa de fazer esse debate. Então, esta marca e essa característica que tivemos em função do debate político que envolveu a AGB, acabou marcando as nossas vidas e, evidentemente, nós fazemos parte deste grupo de pessoas que às vezes, algum aluno ou geógrafo que não me conheceu, nunca conversou comigo e nunca leu o que eu escrevi, já me odeia, já não aceita por conta exatamente deste recorte ideológico complicado que a luta política gerou. Nós temos este papel, e eu tomei para mim, que iria investir de forma séria e conseqüente na formação de uma geração de novos geógrafos que pesquisam Geografia Agrária nessa perspectiva. Por isso que já tenho esse número extremamente grande de orientandos, com mestrados e doutorados defendidos, e que hoje estão espalhados pelo Brasil inteiro, e que somados aos que o Rui Moreira, Carlos Walter, Manoel Seabra, Armén entre outros, orientaram... Há outros colegas que pensam nessa perspectiva e estão orientando tal como o Manoel Correia. No Brasil inteiro, novos geógrafos abrem e formam novos conjuntos de pesquisas em Geografia Agrária e na Geografia Brasileira, que não podem mais ser ignorados. Portanto, já é parte constitutiva da história do pensamento geográfico do Brasil e a gente espera que também do mundo.

ESRF - O senhor acredita que a Geografia Agrária nesse início de século está superando a crise teórica que ela vive?

AUO - O Carlos Walter Porto Gonçalves, de forma muito feliz, no encontro da AGB de Fortaleza, em 1978, escreveu um artigo cujo título é: "A Geografia está em crise. viva a Geografia". Se a

Geografia Agrária está em crise. viva a Geografia Agrária, seguindo o exemplo de Carlos Walter. A crise de uma área do conhecimento sempre tem como conseqüência renovação, se introduz conceitos teóricos novos, que procuram dar conta das transformações que o mundo sofre. Então a crise não deve criar problema. A crise deve ser estímulo para se poder avançar ainda mais no desenvolvimento do conhecimento. Eu, particularmente, acho que uma parte da crise deriva de certo desencanto do ponto de vista ideológico que os meios universitários passaram a conhecer depois do fim da União Soviética, da queda do Muro de Berlim, dos problemas que envolvem o caminho que a China está seguindo na sua história. E, evidentemente, a mudança social, na base social da Geografia, ou seja, cada vez mais nós temos ascendendo quer como estudante de graduação, quer de pós-graduação, pessoas que têm convicções ideológicas que vão mais para o campo da ciência pura do que para o campo de uma participação política e do desenvolvimento político na sociedade, sobretudo, com setores dos trabalhadores e dos camponeses. Então, como há essa mudança na base social da Geografia, é claro que, às vezes, aparece como crise. Mas, na realidade, o que eu vejo é que nós continuaremos ainda (basta olharmos o conjunto de trabalhos que têm sido apresentados nos encontros e lá no Simpósio) a ver que eles têm uma gama extremamente variada de pesquisas em óticas teóricas diferentes. E, eu penso que ainda vão continuar por um bom tempo.

ESRF - Qual a perspectiva que o senhor vislumbra de resolução da questão agrária brasileira no atual governo? O Governo Lula.

AUO - Eu penso que o Governo Lula se meteu em uma encruzilhada porque escolheu politicamente esse caminho. E, essa encruzilhada deriva, primeiro, de não ter desde o início da posse, montado uma equipe para fazer o plano de reforma agrária. O segundo Plano de Reforma Agrária só saiu porque os movimentos sociais foram às ruas no mês de junho de 2003, pois caso contrário, o plano não teria saído.

Em segundo lugar, a existência da concepção hegemônica dentro do Governo Lula de que a reforma agrária é política compensatória. Isso está expresso no Programa Fome Zero. Está

expresso, de certo modo, no Plano Rosseto de reforma agrária (II PNRA). Nas capitulações que o Governo Lula teve diante do agronegócio no que se refere à soja transgênica. E, sobretudo, na não revogação da medida provisória que criminaliza as ações dos movimentos sociais com as ocupações de terras e com o impedimento de sua vistoria e ainda, obrigando aqueles que ocupam as propriedades a ficar fora do programa de reforma agrária.

Essas contradições e essas capitulações políticas do Governo Lula o levaram a uma situação, hoje, em que ele é refém dos ruralistas, refém do agronegócio. E, na condição de refém, nenhum presidente da república consegue implementar políticas de forma plena, é por isso que o número de assentamentos em 2003 foi menor do que a meta prevista. E é por isso que os assentamentos de 2004 também serão em menor número do que a meta para este ano, ou seja, o Governo Lula já começa com déficits de assentamentos.

Então, um governo que não tem a reforma agrária como uma de suas metas políticas importantes, não vai fazer a reforma agrária. Na realidade ele vai fazer um conjunto de assentamentos, mas não uma política efetiva de reforma agrária como se imaginava que deveria ser feita no Governo Lula. Inclusive porque a maior parte das terras que estão sendo destinadas à reforma agrária em 2003 e 2004 não deriva de desapropriação baseada no Estatuto da Terra e na Constituição de 1988, mas é oriunda de terras vindas de propriedades públicas, e de terras obtidas por compra. Na realidade, esta é a reforma agrária que os latifundiários querem, ou seja, aquela que não os pune com o pagamento com títulos da dívida agrária resgatadas em 20 anos.

4. Manoel Calaça

ESRF – Professor, primeiramente o senhor poderia dizer seu nome completo, sua formação, vínculo profissional e área de atuação?

MC - Meu Nome é Manoel Calaça. Sou formado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Fiz meu mestrado e doutorado na Unesp de Rio Claro, o mestrado em 1983, data de defesa, e o

doutorado em 1994. Naquela época eu trabalhava na Universidade Federal do Acre e por essa razão meus trabalhos tanto de mestrado quanto do doutorado vincularam-se ao estudo do campesinato. Inicialmente, no mestrado, com o estudo que eu chamei de Pequeno Estudo da Pequena Produção Agrícola do Estado do Acre e no doutorado um estudo sobre o movimento dos seringueiros e a proposta de criação da reserva extrativista enquanto alternativa de solução dos conflitos. Em 1997, eu me transferei para a Universidade Federal de Goiás, onde estou até hoje. Sou professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia daquela universidade e professor também de Geografia Agrária da graduação.

ESRF - A Geografia Agrária Brasileira atualmente realiza dois eventos que é o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e mais recentemente o Simpósio Nacional de Geografia Agrária, que ocorre simultaneamente com o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, o senhor poderia falar um pouco sobre a gênese desses eventos e o significado destes para a Geografia Brasileira. Nos parece que os encontros apresentam uma estrutura de evento bem diferenciado um do outro, além do rol temático que é tratado, nos parece que essa estrutura e este rol temático está muito próximo das linhas de pesquisa da atuação daqueles pesquisadores que estão realizando esses eventos em cada período.

MC - Eu posso falar um pouco melhor do Encontro Nacional de Geografia Agrária, do ENGA, tendo em vista que eu ainda não participei do Simpósio Nacional de Geografia Agrária. O ENGA é um evento que surge a partir de 1979, como uma dissidência da AGB, da mudança de direção da AGB em que um grupo de geógrafos, se sentindo excluídos da participação da AGB se nega então a participar dos eventos e passa a construir seus próprios eventos, o principal deles o Encontro Nacional de Geografia Agrária. Então, na verdade, o ENGA tem uma origem como parte da cisão histórica da AGB e a sua reorientação a partir de 1978. Até 1998, praticamente os estudantes tinham uma participação, eu não diria impedida, mas com muita dificuldade porque o evento se realizava em locais de custo elevado, cuja participação dos estudantes ficaria

praticamente impossível em função exatamente desse custo. Nós entendemos que o Encontro Nacional de Geografia Agrária tem um papel importante hoje, na Geografia Brasileira, porque a partir do evento de Goiânia, em 2000, o XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, nós procuramos estabelecer uma nova orientação na composição do ENGA. Inclusive possibilitando a participação dos estudantes. Tanto é assim que o último encontro com essa orientação inicial, em 1996 e 1998, tiveram em torno de 150 participantes, o evento de 2000 em Goiânia teve 400 participantes e aqui, nesse evento, parece que não mudou muito, e tem uma presença efetiva de alunos com apresentação de trabalho, o que não implicou em queda da qualidade do debate que é uma característica do ENGA. O ENGA é um evento que sempre teve uma boa qualidade dos debates, inclusive dos trabalhos apresentados nas comunicações livres, assim chamados até 2000 e agora denominados de espaço de diálogo, que é um pouco o modelo dos eventos da AGB, o que indica uma aproximação metodológica do que se faz hoje na AGB.

Quanto ao Simpósio Nacional de Geografia Agrária, eu não participei, portanto eu não posso falar, mas me parece um evento bem estruturado e com uma orientação bem definida, no entanto, ele me parece um contraponto ao ENGA, o que, na verdade, eu não vejo como um problema, porque é mais um espaço de debate, o que eu acho interessante. Quanto mais eventos tivermos, melhor. Eu acho que assim a Geografia Agrária Brasileira pode se apresentar e expor a produção e a contribuição que ela vem dando para o entendimento do espaço agrário brasileiro.

ESRF - O surgimento do ENGA tem alguma relação com o movimento de renovação da Geografia iniciado no final dos anos 70?

MC - Na verdade, sua gênese é uma negação daquele movimento. Os geógrafos que organizam o ENGA não participam da AGB e nunca vieram a um evento da AGB. Inclusive em Goiânia, nós convidamos dois dos mentores intelectuais desse evento, o professor Alexandre Filizola Diniz, que discordando da orientação do ENGA. Os motivos pessoais que ele representa expressam exatamente uma dissidência, o que para mim é muito claro. Nem por isso ele deve

deixar de existir, porque eu acho que ruptura não se dá necessariamente pelo fim do evento, mas pela mudança da sua orientação e pela abertura que se dá, não de negar uma tendência teórica metodológica de participar, mas de abrir espaço para a manifestação plural da Geografia Agrária Brasileira. Eu acho que isso faz a Geografia crescer. Não é nem privilegiar uma ou outra tendência, mas estabelecer uma programação do evento que contemple as diferentes visões teóricas metodológicas para que nós possamos assim, a partir, da discussão contraditória de nossas teses, fazer o conhecimento e as concepções teórico-metodológicas da Geografia Agrária Brasileira se desenvolver.

ESRF - Qual a problemática está colocada para a Geografia Agrária na região onde o senhor atua, enquanto professor-pesquisador?

MC - Olha, a Geografia Agrária de Goiás tem hoje duas linhas de trabalho bem definidas. Acho que é resultado do próprio processo de transformação que vem acontecendo no Centro-Oeste, particularmente em Goiás, onde estou trabalhando atualmente. De um lado o desenvolvimento do agronegócio, que acaba sendo uma linha de pesquisa que nós estamos desenvolvendo atualmente, tendo em vista que é um processo diferenciado e que nós precisamos compreendê-lo, até para entender a sua inserção no contexto regional. E, conseqüentemente, em razão desse processo de modernização agrícola e agroindustrial que vem ocorrendo, os movimentos sociais passaram a ter uma força muito grande no Estado de Goiás. Mais uma vez fica claro que o movimento social resulta da contradição do desenvolvimento do capitalismo no campo. As regiões em Goiás onde os movimentos sociais são mais organizados são exatamente as regiões onde o agronegócio avança com mais força. Então, a compreensão do processo de produção agroindustrial do agronegócio passa a ser elemento importante para entender também os movimentos sociais, logo nós caminhamos nessas duas direções.

ESRF - Qual a contribuição que a geração de geógrafos da qual o senhor participa tem dado para a Geografia Agrária?

MC - A minha geração, do mestrado dos anos 80 e do doutorado nos

anos 90, ela está dividida em duas grandes correntes de ordem teórico-metodológica. Uma seguindo de certa maneira a linha da geografia teórica-quantitativa, inicialmente de Rio Claro. E a outra numa visão histórica materialista da Geografia. A minha geração tem essa linhagem política, ideológica, teórico-metodológica. E, nesse sentido, eu acho que nós constituímos uma geração que participa dessa transição do ENGA, participa desse período de transição da Geografia Crítica para uma visão mais propositiva. Acho que o somatório do conjunto das contradições tem como resultado o que estamos observando aqui nesse evento. Uma visão geral do Brasil, mesmo que pontual, mas eu entendo que nós temos, ao contrário de alguns colegas que pensam que a Geografia Agrária brasileira está pobre pela preguiça da reflexão teórica. Eu acho que não. Talvez o que falta é exatamente alguém que, com uma visão mais geral, faça não uma síntese, mas que conseguisse produzir algo que refletisse o resultado dessa produção, porque o Brasil é muito diverso. Nós temos realidades muito diferentes e conseqüentemente um conjunto de geógrafos da minha geração teve um papel importante porque ele interiorizou essa discussão, esse debate, sobre a Geografia Agrária brasileira, até a década de 80, centrada um pouco no eixo Rio/São Paulo. Eu acho que a minha geração, a geração que vem exatamente da pós-graduação da USP e da Unesp de Rio Claro, e que militava no interior do Brasil, teve um papel importante tanto na produção do conhecimento, como na formação de novos pesquisadores, novos atores sociais, não só atuando na produção do conhecimento como também atuando nos movimentos sociais.

ESRF - O senhor acredita que a Geografia Agrária nesse início do século XXI está conseguindo superar a crise teórica pela qual ela passa?

MC - Eu acho que o Bernardo Mançano Fernandes tem razão quando ele diz que nós temos uma deficiência teórica metodológica. Mas eu acho que ela está dando conta, sim. O que nós temos, como eu falei anteriormente, é uma visão do conjunto do desenvolvimento que acontece na realidade brasileira, mas eu entendo que a Geografia, na verdade, está conseguindo sim. Acho que há contribuições

importantes. há leituras diferenciadas do território brasileiro, até porque ele é muito diferente. Eu vi aqui alguns trabalhos sendo apresentados sobre realidades que nós de fato não conhecemos e que exige um tipo de interpretação, um tipo de leitura. Então, eu entendo que a Geografia Agrária, como foi dito ontem no espaço de diálogo que participei: "se a geografia agrária está pobre, viva a pobreza da Geografia Agrária", porque ela é muito rica de contribuições.

ESRF - O senhor acredita que a questão agrária será resolvida no Governo Lula?

MC - Eu não acredito porque o Governo Lula tem uma frente política muito complicada, um pouco de centro-esquerda. Eu acho muito difícil, pela composição do governo, resolver a questão agrária brasileira. Aliás, eu acho que a questão agrária é muito difícil de ser resolvida, porque não depende somente do governo, depende do Congresso Nacional. Nesse sentido, a composição do Congresso Nacional passa a ser um elemento tão importante quanto a composição do governo no executivo. Então, eu não vejo muita condição de o Governo Lula resolver o problema da questão agrária, até porque as metas estabelecidas para o seu governo dificilmente serão cumpridas, porque de um lado a execução depende não só da ação do governo, mas depende também da ação da Justiça, que em muitos casos impede que os processos de desapropriação de fato aconteçam, tendo em vista que a legislação brasileira permite uma série de ações e injunções jurídicas que, de uma certa maneira, atrasam os processos. Então, eu não acredito que se faça a reforma agrária no Governo Lula.

5. Rosa Maria Vieira Medeiros

ESRF - Prof^a. Rosa, a senhora pode dizer seu nome completo, formação, local de atuação profissional?

RMVM - Rosa Maria Vieira Medeiros, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sou Mestre em Sociologia Rural, doutora em Geografia. Eu fiz o meu doutorado na Universidade de Poitiers, na França, e o mestrado foi feito na Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, no antigo curso de Sociologia Rural, que agora é Programa de Desenvolvimento Rural – Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Desde que eu comecei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como professora, em 1985, atuei direto com a disciplina de Geografia Agrária. Então, as minhas pesquisas sempre foram voltadas para esta área, para esta temática. O meu doutorado já foi nessa linha... minha tese foi sobre a reforma agrária, mas partindo do Rio Grande do Sul, das diferenças que o próprio Rio Grande do Sul tem em relação a sua colonização e ao seu povoamento diferenciado; e também a questão do Movimento dos Agricultores Sem Terra ter lançado sua sementinha lá na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, trazendo isso como ponto de referência para reforma agrária no Brasil.

ESRF - A geografia brasileira na atualidade realiza dois eventos que é esse Encontro Nacional de Geografia Agrária e o Simpósio Nacional de Geografia Agrária que acontece simultaneamente com o Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Na verdade, o primeiro realizado na USP no ano passado. Partindo da leitura que a senhora tem da Geografia Agrária brasileira, qual é a gênese desses dois eventos?

RMVM - Bem, eu só posso te falar da gênese de um deles, até porque eu não tenho participado dos simpósios em função de compromissos que têm acontecido exatamente nos mesmos momentos.

Então, inclusive, no último que aconteceu na USP, eu estava ausente do Brasil, em função de um convite da Universidade de Toulouse le Mirail. Então, a minha participação não tem se restringido só ao Encontro de Geografia Agrária, mas aos demais encontros de Geografia. O Encontro Nacional de Geografia Agrária tem uma história. Foi quando em 1978, a AGB Nacional passou por uma mudança significativa na sua estrutura, na sua forma, abrindo para a participação de estudantes, não ficando mais fechada, como era até então, e há um grupo que se exclui desse processo criando um evento paralelo e temático que tinha como objetivo uma discussão

acadêmica fechada. Aconteceu assim, por várias vezes. Eu estive em um deles, em Teresópolis, no Rio de Janeiro, e era realmente muito fechado, com a baixa participação de estudantes, maior número de professores, era um evento pequeno, e isso sempre nos inquietava. Inquietava um pouco porque penso que o evento é um momento importante, tanto para a participação de professores-pesquisadores como também dos nossos futuros professores e pesquisadores. Para os nossos jovens estudantes, que já estão trabalhando na pesquisa, é o momento deles discutirem, aprofundarem... Isso se tornava difícil naquele momento. Mas o ENGA foi avançando e eu penso que foi em Goiânia, no ENGA de Goiânia, que ele começa, que ele adquire uma nova forma. Quando o professor Calaça leva pra Goiânia o Encontro Nacional de Geografia Agrária, a participação no evento foi maior. Depois de Goiânia, o ENGA foi para Petrolina, já com o professor Joaquim Corrêa de Andrade organizando e também já pensando num outro evento, como a gente diz: "com uma outra cara". Foi trazendo, abrindo esse leque de participações, porque este é um grande momento, um momento para se aprofundar questões teóricas, questões metodológicas e é um momento não só para aqueles que já pesquisam aprofundar seu conhecimento, mas para aqueles que estão iniciando também. E nesse encontro aqui, nós continuamos também pensando dessa forma, quando organizamos o 17º ENGA.

ESRF - Qual é o significado do Encontro Nacional de Geografia Agrária?

RMVM - Olha... Eu vejo que é um momento significativo para todos nós que trabalhamos com esta temática de nos encontrarmos. Primeiro, acho que é um encontro... Nosso país é tão grande e é difícil nos encontrarmos e, nesse momento, nós conseguimos. Hoje nós estamos aqui em Gramado com professores vindos do Ceará, de Pernambuco, da Paraíba, de Manaus... do Amazonas. Nós temos pessoas que vieram também de Goiás. Dos estados daqui da região sul vieram muitos, é mais fácil: Paraná, Santa Catarina; do sudeste também, o pessoal de São Paulo e do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Então este é o momento quando nós conseguimos nos

encontrar. Nesse encontro, nós poderemos discutir aquilo que estamos fazendo e conseguiremos trocar idéias sobre o que nós fazemos. não é?... Nos encontramos, discutimos, aprofundamos sobre o que estamos fazendo e ficamos sabendo o que fazem os colegas, porque mesmo que existam as publicações, nada é como um encontro onde conseguimos conversar e visualizar o que se faz e essa visualização, ela se dá através das comunicações coordenadas, das mesas redondas, através das conferências, através dos espaços de diálogos. Nesse encontro aqui, nós estamos com trezentos trabalhos inscritos nos espaços de diálogos, o que eu acho altamente significativo, seis comunicações coordenadas; nas mesas redondas procuramos trazer a participação de pesquisadores de diferentes regiões brasileiras, buscando a integração. Aqui conseguimos juntar os pesquisadores da Geografia Agrária brasileira, não só brasileira, pois temos dois pesquisadores do exterior, que é o Prof^o Cliff Welch, do Grand Valley State University e a Prof^a Martine Guibert, da Universidade de Toulouse le Mirail, França. Isso é muito importante, pois temos que abrir essa participação, procurar trazer um pouco da pesquisa que se faz lá fora e para esses pesquisadores, inclusive, verem o que nós pesquisamos. Penso que, o mais importante, é eles verem o que nossa Geografia está fazendo.

ESRF - Nos parece que o Simpósio Nacional de Geografia Agrária e o ENGA têm uma diferença do ponto de vista das temáticas que são abordadas, refletindo muito as linhas de pesquisa dos pesquisadores envolvidos diretamente na organização do evento...

RMVM - Eu só posso te falar sobre o ENGA, neste caso. Em especial aqui em Gramado, o objetivo realmente é aprofundar um tema que está em discussão. Nós aqui, quando pensamos discutir "Tradição x tecnologia e a questão das novas territorialidades" buscamos trazer pesquisadores que tratassem dessa temática e permitissem o aprofundamento dessa temática e, assim, mostrar de uma forma mais significativa estes contrastes do campo brasileiro. Porque hoje, quando se visualiza o campo brasileiro e se percebe que, ao mesmo tempo em que temos uma agricultura camponesa que se fortalece, que existe, que é presente, nós temos do outro lado uma

agricultura não camponesa, altamente integrada ao mercado exportador, que é o agronegócio... Então são essas contradições, a tradição e a tecnologia que buscamos mostrar, que elas existem e que elas precisam ser estudadas, identificadas e pesquisadas. Quanto ao Simpósio, ele se diferencia do Encontro na sua origem, mas eu não diria atualmente, que eles são assim tão diferentes... A tendência até é que essa diferença não venha existir, porque na verdade somos os mesmos pesquisadores que estamos participando de um e de outro evento, somos os mesmos. Hoje nós todos estamos aqui, e isso eu acho que é uma semelhança. Vamos, pois, buscar as semelhanças e elas vêm a partir do Encontro de Goiânia, quando estas modificações começaram a acontecer. Eu diria que teriam caminhos com objetivos bem distintos até aquele momento, porque até então havia uma discussão muito fechada e hoje nós temos essa busca para ampliar, para trazer novas contribuições. Chamou-me atenção, quando chegaram trezentos trabalhos para os Espaços de Diálogo, porque nós somos poucos a trabalhar dentro dessa temática, não somos muitos geógrafos agrários pesquisando. E é nesse momento que conseguimos somar, ver quem nós somos. E quanto a essa questão, do sentido, do significado de cada um desses eventos, eu diria que também não veria grandes diferenças nesta trajetória, a partir de um dado momento. Antes teria uma grande diferença, sem dúvida. Eu penso que, atualmente, nós nos colocaríamos não em pontos divergentes, mas em caminhos distintos com objetivos semelhantes, a partir da perspectiva de que somos o mesmo grupo de pesquisadores, de geógrafos trabalhando em Geografia Agrária, a participar desses eventos. Eu veria por esse prisma.

ESRF - Para a senhora, como pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, qual a problemática que está colocada para a Geografia Agrária na região a qual a senhora está inserida?

RMVM - Só para tu teres uma idéia, na minha universidade, no Departamento de Geografia, eu sou a única professora a trabalhar com Geografia Agrária. Mas, na verdade, nós temos uma linha de pesquisa na qual tenho orientado inúmeros trabalhos, inúmeras dissertações de mestrado e agora de doutorado também, relacionada

aos assentamentos no Rio Grande do Sul e alguma coisa em Santa Catarina. É uma linha de pesquisa na qual trabalho com a desterritorialização e a reterritorialização daqueles que estão ligados principalmente aos movimentos sociais. Não só no movimento dos agricultores sem-terra, mas também na questão do MAB. Tenho orientado pesquisas ligadas a toda essa área colonial do Rio Grande do Sul de predomínio de pequenas propriedades. São agricultores familiares também.

Na verdade, a minha pesquisa está muito centrada na questão de agricultores familiares nos assentamentos ou fora dos assentamentos, não ligados aos assentamentos.

Desenvolvi uma pesquisa em convênio com a Universidade de Toulouse le Mirail, que era um grande projeto, o projeto sobre a Cuenca Del Plata, que envolvia as universidades brasileiras, do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e da França. Foi uma pesquisa grande e dentro desse projeto trabalhei com a questão da mobilidade espacial dos agricultores sem-terra da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, com o objetivo de perceber se eles sofriam/sofreram alguma influência da fronteira ou não, o que é que a fronteira representava para essas pessoas, que na grande maioria não eram daquela região. Vieram da Região Alto Uruguai e foram instalados naqueles assentamentos que constituem a área de maior concentração dos assentamentos do Rio Grande do Sul, em decorrência de uma política do governo anterior que priorizou criar assentamentos na região de domínio do latifúndio do Rio Grande do Sul. É a região da campanha, que em alguns pontos apresenta uma certa decadência, tanto que alguns pecuaristas tradicionais rapidamente puseram suas terras à disposição do governo para a realização desses assentamentos.

Essa pesquisa durou dois anos, os resultados já foram apresentados em um colóquio, em julho deste ano, em Toulouse. Ainda estamos desenvolvendo alguma coisa decorrente dessa pesquisa no sentido de mostrar o significado desses assentamentos na região, porque houve toda uma mudança na paisagem da metade sul do Rio Grande do Sul, onde há essa grande concentração de

assentamentos. Foi uma modificação significativa, porque uma região onde nós tínhamos fazendas com uma área de 2 mil, 3 mil, 5 mil hectares, hoje está pontilhada de agricultores, de assentados, de camponeses com outro tipo de produção que não mais aquela de pecuária extensiva, desenvolvendo desde uma agroecologia, à produção de sementes agroecológicas; produção de leite a partir da pecuária leiteira. É uma agricultura diversificada que mudou a paisagem, não só no sentido da produção, mas no sentido de que nós temos ali uma outra população com uma outra cultura.

Passamos a ter na metade sul do Rio Grande do Sul uma mudança, no sentido de que estas pessoas que lá estão, hoje, têm uma situação política extremamente forte, elegendo prefeito, elegendo vereadores. E mudaram inclusive a dinâmica do comércio na sede dos municípios. O comércio se dinamizou, houve a necessidade de novos serviços, desde ligados à educação e à saúde. A dinâmica na região é outra em função da criação desses assentamentos nesses municípios. Comparando o período que antecede a instalação desses assentamentos, nós temos hoje uma realidade que é outra! Hoje nós temos uma nova dinâmica naquela região, em função dos assentamentos.

Então, essa é uma das pesquisas que tenho desenvolvido e estamos trabalhando com a questão da reterritorialização dessas famílias. Porque é uma reterritorialização que acontece a partir de uma opção deles, porque foram eles que optaram em ir para a região... Mas eles levam a sua bagagem cultural e transpõe essa sua cultura para a nova região, claro, sofrendo impactos no primeiro momento porque eles não conseguem fazer isso assim rapidamente.

O período de adaptação é longo. Eles necessitam de alguns anos até encontrar uma forma de implantar aquela cultura que vem de berço, de adaptá-la a uma nova situação, a uma nova realidade. Desde as condições físicas até as condições de inserção numa sociedade completamente diferente, onde a questão do poder político do latifundiário é muito forte e se contrapõe a eles em situações até de conflitos. E eles têm que mostrar o quanto são importantes e hoje já são reconhecidos. Hoje a importância deles, dos assentados, dessas

famílias, é reconhecida pela municipalidade. Quando eu digo municipalidade, me refiro àqueles que, na sede do município, desde serviços e comércio, reconhecem esses assentados e a eles dão uma importância significativa. Isto porque o latifundiário não gasta na sede do município, ele, na maioria das vezes, desloca-se de avião, ele nem passa pelo município. E o assentado não, o assentado vive e precisa do que o município lhe oferece.

Realmente essa dinâmica é nova. A paisagem também mudou porque na área da campanha do Rio Grande do Sul, constituída pelas coxilhas, só se vê campo com pecuária extensiva, sedes de fazenda, quilômetros e quilômetros de distância umas das outras e mais nada. Quando se chega na área dos assentamentos, é muito interessante de observar a moradia dos assentados que optaram por colocar essas moradias no topo das coxilhas. Ficou um pontilhado de pequenas casas e é interessante de perceber a forma como eles se organizaram. Tem toda uma organização diferente e que é percebida pura e simplesmente pelo olhar, pois não é mais aquela campanha onde só se observava o gado pastando. Houve uma mudança.

ESRF – Diante desses estudos, qual a contribuição que a geração de geógrafos que a senhora faz parte tem dado à Geografia Agrária brasileira?

RMVM – Bem, eu te diria que hoje há uma contribuição significativa, por exemplo, com relação aos estudantes que desenvolveram suas dissertações de mestrado nessas temáticas, uma boa parcela deles já está trabalhando no Movimento (MST). O trabalho deles repercutiu de tal forma que hoje eles atuam direto no movimento, no setor de produção, no setor de educação. Eles estão assim bastante engajados. E eu acho que a contribuição que nós estamos dando é exatamente essa, de mostrar o quanto essa política de assentamentos é positiva. Não diria que os assentamentos são maravilhosos, eles estão cheios de problemas! A gente sabe que os problemas existem dentro dos assentamentos, mas, de qualquer forma, mesmo com todas as dificuldades que lá existem, ainda estão demonstrando que é possível. Que a reforma agrária é possível! Penso que a grande contribuição é nesse sentido de mostrar que a

reforma agrária é possível. Esses assentados hoje, eu diria que estão mostrando, ao mudarem a dinâmica de uma região, ao mudarem a paisagem de uma região, a viabilidade da reforma agrária, mesmo com todas as dificuldades que eles possam ter.

Uma outra coisa importante, penso que é a contribuição para o próprio Movimento, a questão da criação desses assentamentos, ou seja, é buscar desenvolver todo um trabalho no sentido de que essas pessoas não sofriam um impacto tão forte ao se defrontarem com culturas diferentes, ao se defrontarem com realidades diferentes. E aí eu acho que a Geografia Cultural tem dado uma base para essa compreensão. Muitas vezes tem que se saber porque se organizaram daquela forma, o que eles trazem consigo, que dinâmica diferente é esta. Essa foi uma pesquisa que nós desenvolvemos no assentamento Filhos de Sepé em Viamão. Esta pesquisa foi desenvolvida pelo grupo PET, que é o Programa de Educação Tutorial, do qual eu sou tutora. O marcante é que esta pesquisa emperrou em dado momento; os petianos aplicaram questionários, fizeram entrevistas coletaram dados e a pesquisa não avançava porque eles não conseguiam identificar as razões daquilo que estavam vendo. É um assentamento muito grande, com 376 famílias divididas em 4 setores, e se percebiam coisas que eram distintas em cada setor... Mas o quê é que está acontecendo? Por que isso? E o questionário, com todas aquelas perguntas, não nos dava nenhuma resposta.

Quando nós começamos a buscar o viés cultural e a procurar entender o que estava acontecendo, aí foi fácil! Foi muito fácil compreender porque que as pessoas estavam organizadas daquela forma, porque que tinha setores que estavam produzindo muito bem e melhores articulados do que outros. Aí entrou desde a origem étnica, que apareceu de forma significativa, como também a questão religiosa. A questão da região de origem aqui no Rio Grande do Sul é muito presente, perceptível inclusive na forma de organização da própria moradia de cada um dos assentados. E isso foi extremamente importante para nós. Eu creio que essa é uma grande contribuição que estamos dando e as pesquisas estão cada vez mais aprofundando essas questões. Esse processo de reterritorialização é uma coisa

difícil para esses camponeses, porque a reterritorialização implica em criar uma identidade, criar uma territorialidade. Enquanto isso não é possível, essa reterritorialização não acontece. Construir essa nova identidade com aquele lugar não é simples, ela é bastante difícil. Então, eu creio que a grande contribuição vem nesse sentido de que nós conseguimos identificar as necessidades de se contemplar novos elementos na pesquisa que são fundamentais não só para nossa compreensão, mas inclusive para instalação, para criação desses assentamentos também. Isso não pode ser deixado de lado.

ESRF – A senhora acredita que Geografia Agrária brasileira está superando a crise teórica que vem passando neste início de século XXI?

RMVM – Eu acho que a crise teórica não é só da Geografia Agrária brasileira, mas é da Geografia Agrária. Inclusive pelo que eu conheço da Geografia Agrária francesa, ela está passando pela mesma crise, não é nada exclusivo nosso. Até porque penso que a Geografia Agrária ficou em determinado momento negando algumas coisas que eram significativas e ela está retomando agora, enquanto que as outras ciências já retomaram há mais tempo. Então, eu diria que nós estamos correndo um pouco atrás. Eu lembro muito bem quando o Bernardo coloca - por que se usam conceitos da Antropologia, se usam conceitos da Sociologia. Por que se usam? Exatamente porque nós ficamos nessa corrida atrás e aí acho que nós estamos ainda nesse processo de construção e acredito que isso será construído. E esses eventos são fundamentais, exatamente pra isso.

Essa crise ela não é uma crise... Creio que é importante uma crise porque aí se pode repensar, você tem aquela sacudida para rever e refletir sobre o que está acontecendo. Por que estamos usando conceitos de outras áreas, de outras ciências e não estamos formando o nosso referencial teórico, mas quanto a isso creio que estamos no caminho, sou muito otimista.

ESRF – Como a senhora vislumbra a possibilidade de resolução da questão agrária no Governo Lula?

RMVM – Isso é complicado. Tenho um ponto de vista...é uma pena que o ministro Miguel Rosseto não veio ao ENGA. Inclusive quando

vimos que um gaúcho tinha sido indicado para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ficamos bastante otimistas porque nós tivemos, durante o Governo Olívio Dutra, aqui no Estado, um programa de reforma agrária que eu considero muito bom. Foi esse programa exatamente que promoveu toda a criação desses assentamentos na metade sul do Rio Grande do Sul. A primeira coisa que pensamos é que iria se espelhar um pouco nesse programa, não diria aplicá-lo da mesma forma, porque o Brasil tem suas especificidades regionais que têm de ser respeitadas. Mas a metodologia, ela poderia ter sido utilizada e não percebemos isso. É uma pena porque ela era algo que contemplava inclusive o trabalho dos geógrafos. O gabinete de reforma agrária aqui no Rio Grande do Sul tinha um setor de geoprocessamento onde estavam trabalhando geógrafos, sociólogos, agrônomos. Era um grupo de pesquisadores organizado para fazer toda uma avaliação, para ver a viabilidade ou não de ser criado um assentamento. Isto significa que, no momento do assentamento, já se tinha toda uma idéia do que poderia ser produzido, qual é a melhor forma de organização, se é agrovila ou não. E tudo isso seria evidentemente discutido com os assentados que seriam ali instalados. Mas isso foi uma coisa que eu pessoalmente vislumbra e esperava que, de alguma forma, fosse aproveitada. Não se percebeu e eu vejo que a reforma agrária está indo devagar. O projeto de reforma agrária, no meu ponto de vista, parece mais uma carta de intenções, ele não tem uma precisão nas suas propostas, ele parece que está muito aberto em alguns pontos ou que permite isso. Permite o que está acontecendo: redução de orçamento, estar assentando muito menos famílias. A questão do Judiciário é uma questão séria também, não sei como o governo resolveria isso. Porque um processo de desapropriação não é tão rápido, o Judiciário é lento, ele não é ágil e essas famílias que estão esperando, eles não vão esperar a vida inteira. Eles têm pressa! Pressa no bom sentido, eles não vão ficar vivendo nessa exclusão social parte significativa da sua vida! Então, penso que gostaria de ser mais otimista. Agora eu não estou sendo. Penso que deveria ser preciso haver mais objetividade na questão da reforma agrária para que ela se efetivasse.

Compreendo perfeitamente que há um jogo de poderes muito forte, mas acredito que o governo tem que ser mais forte nesse jogo de poderes, porque aí ele consegue implantar efetivamente uma reforma agrária. Eu não vejo, efetivamente, a implantação de um projeto de reforma agrária por parte do governo, as coisas estão acontecendo muito ao nível de pressão por parte do Movimento. Penso que o MST e os movimentos sociais ligados à luta pela terra têm que começar a se mexer mais, para que efetivamente essas coisas não fiquem assim tão fluidas. Eu vejo que a reforma agrária é necessária porque ela não resolve só o problema do campo, não é só isso. A reforma agrária resolve grande parte do problema social brasileiro.

